Demonstrações Financeiras

Invest Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 51.719.263/0001-96
(Administrado por Altinvest Gestão e Administração de Recursos de Terceiros Ltda.)

Exercício findo em
28 de fevereiro de 2025
com Relatório do Auditor Independente.

INVEST BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
CNPJ: 51.719.263/0001-96
(Administrado por Altinvest Gestão e Administração de Recursos de Terceiros Ltda.)

Demonstrações financeiras
Exercício findo em 28 de fevereiro de 2025

Índice

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.....3-6

Demonstrações financeiras auditadas

Demonstrações da posição financeira.....7
Demonstrações do resultado.....8
Demonstrações do resultado abrangente.....9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto.....11
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....12-25

AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.
Av. das Américas, nº 3.333 – Sala 1012 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ
CEP.: 22.631-003 – Telefone.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953
Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Cotistas e Administradores do
Invest Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
(Administrado pela Altinvest Gestão e Administração de Recursos de Terceiros Ltda.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Invest Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração do resultado, do resultado abrangente, a Demonstração das mutações do patrimônio líquido e a Demonstração dos fluxos de caixa em 28 de fevereiro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Invest Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em 28 de fevereiro de 2025 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimento em ações de companhias fechadas

Em 28 de fevereiro de 2025, o Fundo possuía 108,33% de seu patrimônio líquido investidos em ações de companhia fechada, avaliadas a valor justo com base em laudo de avaliação.

Em função desse ativo ser o principal elemento que influencia na valorização das cotas do Patrimônio Líquido e no resultado do Fundo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa Auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspectos julgados necessários às circunstanciais:

Verificamos a participação do fundo no Capital Social da companhia investida com base no Livro de Ações.

Obtivemos o entendimento acerca das premissas, critérios de avaliação e cálculos do laudo de avaliação ao valor justo da companhia investida.

Verificamos as Demonstrações Financeiras da companhia investida.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto evidenciadas nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior.

As demonstrações financeiras correspondentes ao período de 27 de setembro de 2023 (início de atividades) a 29 de fevereiro de 2024, apresentadas comparativamente por força da regulamentação vigente, foram anteriormente por nós auditadas, com base nas normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 29 de julho de 2024, sem modificação de opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do administrador responsável pelo Fundo.

c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 2025.

AUDIPEC - AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.
CRC RJ-N° 0202

Ernesto Patrício Giráldez
- Contador CRC-RJ N° 053.076/O-2 -

INVEST BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ.: 51.719.263/0001-96)
(Administrado pela Altinvest Gestão e Administração de Recursos de Terceiros Ltda. – CNPJ.: 47.982.937/0001-73

Demonstração da posição financeira em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas explicativas	28/02/2025			29/02/2024		
		Quantidades	Valor contábil	% sobre PL do Fundo	Quantidades	Valor contábil	% sobre PL do Fundo
Circulante			**4**	**0,01%**		**-**	**0,00%**
Caixa e equivalente de caixa	4		**4**	**0,01%**		**-**	**0,00%**
Disponibilidades	4		**4**	**0,01%**		**-**	**0,00%**
Banco conta movimento			4	0,01%			0,00%
Realizável a longo prazo			**78.074**	**108,33%**		**16.460**	**157,06%**
Participações em companhias investidas	5	**15.950.000**	**78.074**	**108,33%**	**15.950.000**	**16.460**	**157,06%**
Dinamica Terminais Rio Verde S/A		15.950.000	78.074	108,33%	15.950.000	16.460	157,06%
Total do ativo			**78.078**	**108,34%**		**16.460**	**157,06%**
Passivo							
Circulante			**6.010**	**8,34%**		**5.980**	**57,06%**
Outras obrigações			**6.010**	**8,34%**		**5.980**	**57,06%**
Aquisições de ações a pagar			5.950	8,26%		5.950	56,77%
Taxa de administração			60	0,08%		30	0,29%
Total do passivo			**6.010**	**8,34%**		**5.980**	**57,06%**
Patrimônio líquido			**72.068**	**100,00%**		**10.480**	**100,00%**
Total do passivo + Patrimônio líquido			**78.078**	**108,34%**		**16.460**	**157,06%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INVEST BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

(CNPJ.: 51.719.263/0001-96)

(Administrado pela Altinvest Gestão e Administração de Recursos de Terceiros Ltda. – CNPJ.: 47.982.937/0001-73)

Demonstração do resultado

Exercício de 28 de fevereiro de 2025 e Período de 27 de setembro de 2023 (data de início das atividades) a 29 de feve

(Em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	Exercício de 28/02/2025	Período de 27/09/2023 a 29/02/2024
Ações de companhias fechadas		**61.614**	**510**
Resultado com valor justo das ações de companhias investidas	5	61.614	510
Despesas		**(209)**	**(182)**
Taxa de administração	8	(180)	(77)
Auditoria e custódia	9	(8)	-
Taxa de fiscalização CVM	9	(5)	-
Despesas com serviços técnicos especializados	9	(16)	(10)
Despesas de estruturação do Fundo	9	-	(95)
Outras despesas	9	(1)	-
Resultado do exercício/período		**61.405**	**328**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INVEST BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ.: 51.719.263/0001-96)
(Administrado pela Altinvest Gestão e Administração de Recursos de Terceiros Ltda. – CNPJ.: 47.982.937/0001-73)
Demonstração do resultado abrangente
Exercício de 28 de fevereiro de 2025 e Período de 27 de setembro de 2023 (data de início das atividades) a 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de Reais)

	Exercício de 28/02/2025	Período de 27/09/2023 a 29/02/2024
Resultado do período	**61.405**	**328**
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**
Resultado abrangente do exercício/período	**61.405**	**328**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INVEST BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

(CNPJ.: 51.719.263/0001-96)

(Administrado pela Altinvest Gestão e Administração de Recursos de Terceiros Ltda. – (

Demonstração da mutação do patrimônio liquido

Exercício de 28 de fevereiro de 2025 e Período de 27 de setembro de 2023 (data de início das atividades) a 29 de fevereiro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Cotas integralizadas	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 27 de setembro de 2023		**-**	**-**	**-**
Integralizações de cotas	11	10.152	-	10.152
Resultado do exercício/período		-	328	328
Saldos em 29 de fevereiro de 2024		**10.152**	**328**	**10.480**
Integralizações de cotas		183	**-**	183
Resultado do exercício/período		**-**	61.405	61.405
Saldos em 28 de fevereiro de 2025		**10.335**	**62.061**	**72.068**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INVEST BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ.: 51.719.263/0001-96)
(Administrado pela Altinvest Gestão e Administração de Recursos de Terceiros Ltda. – CNPJ.: 47.982.937/000
Demonstração de Fluxo de caixa - método direto
Exercício de 28 de fevereiro de 2025 e Período de 27 de setembro de 2023 (data de início das atividades) a 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de Reais)

	Exercício de 28/02/2025	Período de 27/09/2023 a 29/02/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Aquisição de ações	-	(10.000)
Pagamento de taxa de administração	(150)	(47)
Pagamento de auditoria e custódia	(8)	-
Pagamento de taxa de fiscalização CVM	(5)	-
Pagamento de estruração do Fundo	-	(95)
Despesas com serviços técnicos especializados	(16)	(10)
Outras despesas	(1)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**(179)**	**(10.152)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recebimentos de integralização de cotas	183	10.152
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**183**	**10.152**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**4**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/período	4	-
Saldo de variação liquida de caixa e equivalentes de caixa	**4**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. -

1. Contexto operacional

O Invest Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo"), foi constituído em 07 de agosto de 2023 e iniciou suas atividades em 27 de setembro de 2023, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, é um fundo de investimento em participações da categoria Multiestratégia regido pelo regulamento ("Regulamento") e pelas demais disposições legais e regulamentares que são aplicáveis, em especial a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 175, de 23 de dezembro de 2022, e alterações posteriores, e pelo código ANBIMA de Administração de Recursos de Terceiros.

O objetivo preponderante do Fundo é proporcionar aos seus cotistas a valorização do capital investido no longo prazo, por meio da aquisição de ações, bônus de subscrição, debêntures simples ou conversíveis, e quaisquer outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das companhias alvo, títulos e valores mobiliários representativos de participação em sociedades limitadas, ativos emitidos ou negociados no exterior, bem como cotas de outros fundos de investimento em participações ou em cotas de fundos de ações – mercado de acesso, conforme admitido na Resolução CVM 175/22 e demais regulamentações aplicáveis ("Valores Mobiliários").

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores profissionais, assim entendidos como as pessoas naturais ou jurídicas, residentes ou não-residentes, que se enquadrem no conceito definido da Resolução CVM nº 30/11, e alterações posteriores.

A Instrução CVM nº 579 de 30 de agosto de 2016 ("ICVM nº 579"), classifica os Fundos de Investimento em Participações em duas diferentes categorias: entidades de investimento ou não entidade de investimento.

A Administradora do Fundo, considerando o disposto na Instrução CVM nº 579, definiu a classificação do Fundo como "entidade de investimento", com base em seu melhor julgamento acerca das seguintes diretrizes:

- O Fundo obtém recursos de um ou mais investidores com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado, devidamente credenciado pela Comissão de Valores Mobiliários, o qual possui plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, sem obrigação de consultar os cotistas sobre as decisões e/ou indicar cotistas ou partes a eles ligadas, como representantes nas entidades investidas, não obstante as situações sujeitas à deliberação e/ou consulta em comitê de investimentos, relativamente à composição da carteira do Fundo;

- O Fundo se comprometeu perante os cotistas, com o objetivo de investimento dos seus recursos exclusivamente com o propósito de retorno através de apreciação do capital investido, renda ou ambos;

- O Fundo substancialmente é mensurado e avaliado quanto ao desempenho de seus investimentos, para fins de modelo de gestão, com base no valor justo;

As aplicações do Fundo não contam com a garantia do administrador ou do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), e estão sujeitas a riscos de investimento, incluindo possibilidade de perda do principal investido.

2. Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações, especificamente nas Resolução CVM nº 175/22 e Instrução CVM nº 579/16, e demais orientações emanadas pela Comissão de

Valores mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

A moeda funcional do Fundo é o Real, a mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 e do período 27 de setembro de 2023 (data de início das atividades) a 29 de fevereiro de 2024, e foram aprovadas pela Administração em 24 de julho de 2025.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem sempre simultaneamente quando se correlacionarem independentemente do recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e cotas de fundos de investimento que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de resgate não superior a 90 dias a partir da data de aplicação, e que são utilizados para o atendimento de compromissos de curto prazo.

divulgado pelo administrador do Fundo onde os recursos são aplicados.

c. Ações de companhias fechadas

As ações sem cotação em mercado estão avaliadas a valor justo, em conformidade com as normas contábeis que tratam de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros e de mensuração do valor justo, exceto quando não for possível mensurar o valor justo da investida e estão apresentados na demonstração do resultado do período em “Resultado com valor justo das ações de companhias investidas”.

d. Obrigações e julgamentos ou estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que sejam utilizados premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como avaliação dos investimentos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024 são demonstrados conforme abaixo:

Caixa e equivalente de caixa	28/02/2025	29/02/2025
Disponibilidade	**4**	**-**
Banco conta movimento	4	
		-
Total	**4**	**-**

5. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024 são demonstrados conforme abaixo:

Títulos e valores mobiliários	Quantidade	Valor de Mercado
Ações Companhias Fechadas		
Dinâmica Terminais Rio Verde S/A	15.950.000	78.074
Total	**15.950.000**	**78.074**

Títulos e valores mobiliários	Quantidade	Valor de Mercado
Ações Companhias Fechadas		
Dinâmica Terminais Rio Verde S/A	15.950.000	16.460
Total	**15.950.000**	**16.460**

Dinâmica Terminais Rio Verde S/A - **CNPJ 44.624.543/0001-55**
A companhia Dinâmica Terminais Rio Verde S/A, foi fundada em 17 de dezembro de 2021, e está localizada em na cidade de Rio Verde, no estado de Goiás.

A atividade principal da companhia é depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis.

Capacidade Total de Armazenagem Atual:

- A empresa possui 4 terminais sendo dois em operação e outros dois em fase de construção (Água Boa e Lucas do Rio Verde - MT);
- Sua capacidade Total de Armazenagem Atual é acima de 98.800 m³ somando os terminais em operação. Em expansão para mais +18.000.

Operações Ferroviárias e Rodoviárias:

- Plataformas integradas para carga/descarga ferroviária e rodoviária
- Alta vazão operacional:
- Carga: até 110 m³/hora por braço;
- Descarregamento: até 100 m³/hora por mangote;
- Sistema automatizado de gestão online;
- Ligação com dutos amplia integração com a malha nacional de transporte de derivados.

Laboratório Próprio:

- Análise interna de combustíveis, garantindo qualidade e conformidade técnica;
- Sistemas de Segurança Avançados;
- Sistema integrado de combate a incêndio com radar e sirene;
- Conexão direta com o Corpo de Bombeiros;
- Geração redundante de energia (dois geradores por terminal);

Movimentação da companhia investida:

Companhia	Valor em 29/02/2024	Aquisições	Marcação ao valor justo	Valor justo em 28/02/2025
Dinamica Terminais Rio Verde S/A	16.460	-	61.614	78.074
Total	**16.460**	**-**	**61.614**	**78.074**

Companhia	Valor em 27/09/2023	Aquisições	Marcação ao valor justo	Valor justo em 29/02/2024
Dinamica Terminais Rio Verde S/A	-	15.950	510	16.460
Total	**-**	**15.950**	**510**	**16.460**

Política de distribuição de resultados

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos valores mobiliários e outros ativos, serão incorporados ao patrimônio líquido do Fundo e serão considerados para fins de redução dos valores investidos em ações.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 e no período 27 de setembro de 2023 (data de início das

atividades) a 29 de fevereiro de 2024, o Fundo não recebeu recursos a título de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Avaliação pelo valor justo

Conforme descrito na nota explicativa Nº 1, o Fundo está classificado como “entidade de investimento” e em virtude disso, seus investimentos na companhia investida Dinâmica Terminais Rio Verde S/A, em 28 de fevereiro de 2025, foram atualizados pelo valor justo no montante de R$ 78.074, com resultado positivo de R$61.614.

A companhia foi avaliada pela UHY Bendoraytes & Cia. Auditores Independentes, através de laudo de avaliação, data base de 31 de dezembro de 2024.

As principais premissas de avalição utilizadas foram as seguintes:

(i) Receitas Líquida

- A Receita Líquida da DTCRV para os anos de projeção foi estimada com base diretamente no orçamento da empresa no qual vem do aluguel de armazéns de combustível para terceiros. A projeção da Receita Líquida a partir de 2025 foi realizada com base na atualização dos valores pela projeção do IPCA, refletindo o impacto da inflação no período analisado.

(ii) Despesas operacionais

- Para a projeção das despesas operacionais, foi utilizada a a média das despesas operacionais dos anos de 2023 e 2024. A relação média entre despesas operacionais e receita líquida se mantém na média de 23,79% ao longo da projeção.
- Ao longo do período projetivo a margem EBITDA se mantém em média 76,18% ao longo da projeção de 2025 a 2029.

(iii) Capex

- Para a projeção, foi considerado um Capex de manutenção relativo à depreciação do imobilizado.
- Além do Capex de manutenção, também foi considerada uma adição de Capex de 60 milhões de reais em 2025P a 2029P, de acordo com o planejamento da companhia para os próximos anos.
- Para a depreciação, foram estimadas a partir da soma do saldo de ativos fixos pela razão entre depreciação e amortização (D&A) e o ativo fixo consideramos um percentual de 7,30% a.a.

(iv) Custo de capital e outras premissas para o cálculo do VPL:

- Horizonte de análise: 5 anos;
- Metodologia: FCFF (Fluxo de caixa da firma)
- Metodologia de Valor Residual: Perpetuidade;
- Crescimento Real na Perpetuidade: 3,50%;
- Metodologia de Taxa de Desconto: WACC.

(v) Taxa de desconto:

Para trazer o fluxo de caixa da firma a valor presente, se utiliza a taxa de retorno WACC, a qual considera a ponderação do custo da dívida e de capital próprio.

- Taxa Livre de Risco (RF): 4,25%

Como metodologia de taxa livre de risco foi considerada a média dos últimos 24 meses dos rendimentos do título do governo americano de 30 anos “T-Bond 30 years”.

- Risco Soberano (αBR): 2,73%

Como metodologia de risco foi considerada a média dos últimos 24 meses do spread calculado pelo CDS 30Y.

Em 28 de fevereiro de 2025 a companhia possui um valor econômico de R$78.074, representado por 15.950.000 ações, e a participação do Fundo é de 100,00%.

6. Fatores de riscos

Não obstante a diligência do administrador em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o administrador mantenha rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os cotistas. Os recursos que constam na carteira do Fundo e os cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva (“Fatores de risco”):
(i) **Risco de crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos valores mobiliários ou dos ativos financeiros ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito dos emissores podem acarretar oscilações no preço de negociação dos ativos que compõem a carteira do Fundo;

(ii) **Risco de derivativos**: consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um hedge perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo;

(iii) **Risco relacionado a fatores macroeconômicos e à política governamental**: o Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do administrador, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo e (b) inadimplência dos emissores dos ativos. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os cotistas e atrasos no pagamento de amortizações e regastes. Não obstante, o Fundo desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação

da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados operacionais do Fundo e a consequente distribuição de rendimentos aos Cotistas. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados do Fundo;

(iv) **Risco de concentração da carteira do fundo**: a carteira do Fundo poderá estar concentrada nos Valores Mobiliários de emissão de uma única companhia alvo; quanto maior a concentração das aplicações do Fundo nas companhias alvo, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de tal emissora

(v) **Risco de patrimônio negativo**: as eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo;

(vi) **Risco relacionado às corretoras e distribuidoras de valores mobiliários**: o Fundo poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários;

(vii) **Riscos de liquidez dos ativos do fundo**: as aplicações do Fundo nos valores mobiliários apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez garantida. Caso o Fundo precise vender os valores mobiliários, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido, causando perda de patrimônio do Fundo, e, consequentemente, do capital, parcial ou total, investido pelos cotistas;

(viii) **Risco de liquidez reduzida das cotas**: o volume inicial de aplicações no Fundo e a inexistência de tradição no mercado de capitais brasileiro de negociações envolvendo cotas de fundos fechados fazem prever que as cotas do Fundo não apresentarão liquidez satisfatória. Tendo em vista a natureza de fundo fechado, não será permitido ao cotista solicitar o resgate de suas cotas a qualquer momento, mas tão somente nas hipóteses previstas no Regulamento;

(ix) **Prazo para resgate das cotas**: ressalvada a amortização de cotas do Fundo, pelo fato de o Fundo ter sido constituído sob a forma de condomínio fechado, o resgate de suas cotas somente poderá ocorrer após o término do prazo de duração do Fundo, ocasião em que todos os cotistas deverão resgatar suas cotas, ou nas hipóteses de liquidação, conforme previsto no regulamento. Tal característica do Fundo poderá limitar o interesse de outros investidores pelas cotas do Fundo, reduzindo sua liquidez no mercado secundário; e

(x) **Inexistência de garantia de eliminação de riscos**: a realização de investimentos no Fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos cotistas no Fundo. Embora o administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os cotistas. O Fundo não conta com garantia do administrador, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito, e consequentemente, os cotistas. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida. As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os cotistas podem ser futuramente chamados a aportar recursos adicionais no Fundo.

7. Instrumentos financeiros derivativos

É vedado ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações:

(i) forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial; ou

(ii) envolverem opções de compra ou venda de ações das companhias alvo que integram a carteira do Fundo com o propósito de (a) ajustar o preço de aquisição das companhias alvo com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas, ou (b) alienar essas ações no futuro como parte da estratégia de desinvestimento.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 e no período de 27 de setembro de 2023 (data de início das atividades) a 29 de fevereiro de 2024, o Fundo não realizou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

8. Remuneração da administração

Pelos serviços de administração, gestão, custódia, tesouraria, liquidação, controladoria, escrituração e distribuição de cotas do Fundo, o administrador fará jus a uma taxa de administração correspondente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano do patrimônio líquido do Fundo ("taxa de administração"), observado o valor mínimo mensal da remuneração do administrador será de R$ 15 (quinze mil reais), reajustado anualmente pelo IPCA desde a data em que ocorrer a primeira integralização de cotas, o que for maior.

A taxa de administração será calculada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo apropriada por dia útil, como despesa do Fundo e paga mensalmente, até o 5º quinto dia útil do mês subsequente.

Não será cobrada taxa de ingresso ou saída do Fundo, tampouco taxa de performance.

O Fundo está dispensado da custódia qualificada, nos termos da regulamentação vigente.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2025, foi apropriada a importância de R$ 180, a título de despesa com taxa de administração.

No período 27 de setembro de 2023 (data de início das atividades) a 29 de fevereiro de 2024, foi apropriada a importância de R$ 77, a título de despesa com taxa de administração.

9. Encargos debitados ao Fundo

Taxas e encargos sobre patrimônio líquido médio do exercício findo em, 28 de fevereiro de 2025 e do período de 27 de setembro de 2023 a 29 de fevereiro de 2024:

Encargos debitados do Fundo	Exercício de 28/02/2025		Período de 27/09/2023 a 29/02/2024	
	R$	% S/PL Médio	R$	% S/PL Médio
Patrimônio Líquido Médio	**10.732**		**9.645**	
Taxa de administração	180	1,87%	77	0,80%
Taxa de gestão	-	0,00%	-	0,00%
Auditoria e custódia	8	0,08%	-	0,00%
Taxa de fiscalização CVM	5	0,05%	-	0,00%

Despesas com serviços técnicos especializados	16	0,17%	10	0,10%
Despesas de estruturação do Fundo	-	0,00%	95	0,98%
Outras despesas	1	0,01%	-	0,00%
Total Geral	**209**	**2,16%**	**182**	**1,89%**

10. Classe de cotas

O Fundo possuí apenas uma classe de cotas emitidas.

11. Emissão, resgates, amortização e integralização de cotas

As cotas do Fundo corresponderão a frações ideais de seu patrimônio e terão a forma nominativa, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e deveres patrimoniais e econômicos.

O administrador realizará chamadas de capital para aporte de recursos mediante integralização de cotas, nos termos do regulamento e dos respectivos compromissos de investimento, informando aos respectivos cotistas, no mesmo ato, acerca dos prazos estabelecidos para a realização dos investimentos objeto das chamadas, observado os termos constantes no regulamento, na medida em que o Fundo: (a) identifique oportunidades de investimento nos valores mobiliários de emissão das companhias alvo, ou (b) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo (“chamada de capital”).

Ao receberem a chamada de capital, os cotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas cotas, conforme solicitado pelo administrador, de acordo com as diretrizes do comitê de investimento, e nos termos dos respectivos compromissos de investimento. Tal procedimento será repetido para cada chamada de capital, até que 100% (cem por cento) das cotas subscritas tenham sido integralizadas pelos cotistas.

Em caso de inadimplemento das obrigações do investidor ou cotista no âmbito do respectivo compromisso de investimento no atendimento à chamada para subscrição e integralização de cotas, o cotista ficará constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito atualizado pelo CDI pro rata die, bem como às demais penalidades contratuais estabelecidas no respectivo compromisso de investimento.

As cotas serão objeto de distribuição de lote único e indivisível de valores mobiliários, a ser realizada nos termos da Resolução CVM 160.

A integralização de cotas deverá ser realizada:

(i) mediante a entrega de valores mobiliários de emissão das companhias alvo;

(ii) em moeda corrente nacional, por meio de transferência eletrônica disponível – TED;

(iii) mediante contribuição de ativos nos termos da resolução CVM 175/22;

(iv) mediante a entrega de bens ou direitos, inclusive créditos, vinculados ao processo de recuperação ou de reestruturação das companhias alvo, quando o Fundo aplicar seus recursos em companhias alvo que estejam em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, ou em reestruturação

financeira.

O valor justo dos ativos objetos de integralização de cotas deve estar respaldado em laudo de avaliação, o qual deve ser elaborado por empresa especializada independente quando se tratar das situações previstas no inciso (iii) e (iv) acima.

Na hipótese (i) acima, caso os valores mobiliários sejam de emissão de companhias alvo negociadas em bolsa ou em mercado de balcão organizado, estes serão entregues, para fins de integralização de cotas, pelo seu valor de mercado, ou, caso os valores mobiliários sejam de emissão de companhias alvo não negociados em bolsa ou em mercado de balcão organizado, estes serão entregues, para fins de integralização de cotas, pelo valor apurado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e desde que apresentados todos os demais documentos solicitados pelo administrador.

As cotas somente poderão ser transferidas se estiverem totalmente integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, todas as obrigações deste perante o Fundo no tocante à sua integralização, observado ainda o disposto nos termos do regulamento.

O Fundo terá um patrimônio composto por 20.000 (vinte mil) cotas, com valor unitário de R$ 1 cada uma, totalizando um valor de emissão inicial de até R$ 20.000, podendo ocorrer emissões de novas cotas por decisão de assembleia geral de cotistas e conforme características de cada emissão.

O valor mínimo de investimento de cada cotista (“cotista(s)”) no Fundo deverá corresponder a R$ 1.000 no momento da subscrição das cotas do Fundo (“cotas”).

Não haverá resgate de cotas, exceto quando do término do prazo de duração ou da liquidação do Fundo. No entanto, o administrador poderá realizar amortizações parciais das cotas do Fundo, a qualquer tempo, em especial quando ocorrerem eventos de alienação de valores mobiliários de companhias alvo, conforme aprovadas pela assembleia geral. A amortização será feita mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de cotas integralizadas existentes.

Em 28 de fevereiro de 2025 o patrimônio líquido do Fundo é de R$ 72.068, representado por 10.335,37862 cotas escriturais e nominativas.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 houve integralizações de 182,888420 cotas no montante de R$ 183.

No período de 27 de setembro de 2023 (data de início das atividades) a 29 de fevereiro de 2024, houve integralizações de 10.152,490200 cotas no montante de R$ 10.152.

Amortização de cotas

A Administradora pode realizar amortizações a qualquer tempo, a pedido da Gestora com antecedência de, no mínimo, 7 dias úteis, em especial quando ocorrerem eventos de alienação de valores mobiliários de companhias alvo, conforme aprovadas pela assembleia geral, durante o prazo de duração do Fundo, observados os termos e condições estabelecidos no regulamento.

Para fins de amortização de cotas, é considerado o valor da cota do dia útil imediatamente anterior à data do pagamento da respectiva parcela de amortização, correspondente à divisão do patrimônio líquido pelo número

de cotas emitidas e em circulação, ambos apurados no dia útil imediatamente anterior à referida data do pagamento da respectiva parcela de amortização.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 e no período 27 de setembro de 2023 (data de início das atividades) a 29 de fevereiro de 2024, não houve amortização de cotas.

12. Evolução do valor da cota e rentabilidade

O valor do patrimônio líquido médio, o valor da cota e a rentabilidade do Fundo, no exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 e no período de 27 de setembro de 2023 (data de início das atividades) a 29 de fevereiro de 2024, foram os seguintes:

	Patrimônio líquido médio	Valor da Cota	Rentabilidade em %
Exercício de 28/02/2025	10.732	6.972,959873	575,52
Período de 27/09/2023 a 29/02/2024	9.645	1.032,233787	3,22
Em 27/09/2023 (*)	-	1.000,000000	-

(*) data de início das atividades

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

13. Serviços de gestão, custódia, tesouraria e outros serviços contratados

As cotas de fundos de investimento são custodiadas pelos respectivos administradores dos fundos e as ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado encontram-se registradas nos livros sociais da própria companhia investida. Os serviços são prestados por:

Distribuição:	Altinvest Gestão e Administração de Recursos de Terceiros Ltda.
Controladoria:	Altinvest Gestão e Administração de Recursos de Terceiros Ltda.
Gestão:	Altinvest Gestão e Administração de Recursos de Terceiros Ltda.
Tesouraria:	Altinvest Gestão e Administração de Recursos de Terceiros Ltda.

14. Transações com partes relacionadas

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 as transações com partes relacionadas, resumiam-se em serviço de administração pela Altinvest Gestão e Administração de Recursos de Terceiros Ltda, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

Em 28 de fevereiro de 2025, o Fundo possui o montante de R$ 60, provisionado como de taxa de administração. (2024, R$ 30).

15. Divulgação de informações

O Administrador colocará à disposição dos interessados, em sua sede e/ou site, as seguintes informações:

Trimestralmente, em até 15 dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as informações referidas no informe trimestral;

Semestralmente, em até 150 dias após o encerramento do semestre a que se referirem, a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram.

Anualmente, no prazo de até 150 dias contados a partir do encerramento do exercício, as demonstrações financeiras acompanhadas do parecer do auditor independente e do relatório do administrador e gestor.

O Administrador é obrigado a divulgar ampla e imediatamente a todos os cotistas, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista e por meio do mesmo periódico no qual tenha sido publicado o anúncio de início da distribuição das cotas do Fundo, assim como por meio do sistema de envio de documentos disponível na página da CVM; e (b) à entidade administradora de mercado organizado onde as cotas estejam admitidas à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do Fundo ou aos valores mobiliários ou outros ativos integrantes de sua carteira.

16. Tributação

Os rendimentos auferidos na amortização de cotas do Fundo ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) incidente sobre a diferença positiva entre o valor de amortização ou liquidação e o custo de aquisição das cotas.

A forma de apuração e de retenção de imposto de renda na fonte descrita acima não se aplica aos cotistas que estão sujeitos a regimes de tributação diferenciados, nos casos previstos na legislação em vigor.

De acordo com o decreto nº 8.325 de 7 de outubro de 2014, passa a vigorar a partir desta data a alíquota de IOF de 0% nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais.

Nova tributação para fundo de investimento

Em 12 de dezembro de 2023, entrou em vigor a Lei nº 14.754 que dispõe sobre a nova tributação de aplicações em fundos de investimentos, na qual os rendimentos das aplicações em fundos de investimentos ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF nas seguintes datas:

a) No último dia dos meses de maio e novembro; ou

b) Na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, caso ocorra antes.

Para os fundos de investimentos que forem enquadrados como entidade de investimento, e que cumpram os demais requisitos previstos na Lei, não estarão sujeitos à tributação periódica previstas no último dia dos meses de maio e novembro.

Para os fundos de investimentos que investem, direta ou indiretamente, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do seu patrimônio líquido nos fundos de investimentos imobiliários (“FII”), fundos de investimentos nas cadeias produtivas do agronegócio (“FIAGRO”), fundos de investimentos em participações em infraestrutura (“FIPs-IE”), e os fundos de investimentos de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, ficaram sujeitos ao tratamento tributário do artigo 24 desta Lei, sendo que os fundos, qualificados como entidades de

investimentos, não estão sujeitos à tributação periódica.

Para os Fundos sujeitos a regulamentação específica tais como, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Investimentos nas Cadeias Produtivas do Agronegócio, Fundos de Infraestrutura (art 3º, Lei 12.431/2011) e ETF de renda fixa, permanecem sujeitos à tributação atual sem come-cotas.

17. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

A administradora não registrou pagamentos por serviços prestados pelos auditores independentes do Fundo, além dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente promover os interesses destes.

18. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos quotistas, quer destes contra a administração do Fundo.

19. Deliberações em assembleia

Não houve deliberações em assembleia do Fundo no exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 e no período de 27 de setembro de 2023 (data de início das atividades) a 29 de fevereiro de 2024.

20. Informações adicionais

Resoluções CVM
A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução CVM 175 em 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos, em substituição à Instrução CVM 555. As alterações introduzidas pela nova resolução entrarão em vigor a partir de 2 de outubro de 2023, tendo os fundos em funcionamento adaptação até 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, a CVM publicou no dia 28 de março de 2023 a Resolução CVM nº 181, alterando a Resolução CVM nº 175 acima, sobre fundos de investimento. Entre outros pontos, a Resolução CVM n° 181 altera a entrada em vigor das novas regras de fundos de investimento para 02 de outubro de 2023.

Adicionalmente, a CVM publicou no dia 31 de maio de 2023 a Resolução CVM nº 184, alterando a Resolução CVM nº 175 acima, sobre fundos de investimento. Entre outros pontos, a Resolução CVM n° 184 que constitui o marco regulatório dos fundos de investimento, e acrescenta nove anexos normativos à nova norma de fundos de investimentos para 02 de outubro de 2023.

Em 12 de março de 2024, a CVM emitiu a Resolução nº 200, que postergou os prazos previstos na Resolução CVM nº 175, na qual os fundos de investimentos financeiros em funcionamento na data de início de vigência da norma terão prazo limite para adaptarem-se integralmente às disposições da referida Resolução até 30 de junho de 2025.

O Fundo se encontra no período de adaptação e os possíveis impactos advindos da nova Resolução CVM nº

175 sobre o Fundo estão em constante avaliação pela administradora. Na data de publicação dessas demonstrações financeiras, não há impactos decorrentes da publicação da nova Resolução.

21. Eventos subsequentes

De acordo com a ata de assembleia geral de cotistas, realizada em 03 de junho de 2025, foi deliberado e aprovado a alteração do regulamento, atendendo a adequação para a nova resolução, conforme abaixo:

(i) A atualização da nova razão social da Administradora e Gestora, para Altinvest Gestão e Administração de Recursos de Terceiros Ltda;
(ii) A segregração da remuneração dos prestadores de serviços essenciais do Fundo relacionado às Taxas de Administração Fiduciária e Gestão de Recursos;
(iii) Alteração da data de pagamento das taxas do Fundo do 5º (quinto) dia útil de cada mês para o 1º (primeiro) dia útil de cada mês.
(iv) A consolidação do regulamento do Fundo com as deliberações acima aprovadas, que passa a vigorar conforme redação constante do Anexo I

O Fundo está adaptado à Resolução CVM 175/2022, desde 03 de junho de 2025.

***

Dolores Aparecida de Faria Oliveira
Contadora: CRC 1SP 164555/O-2

Elisangela Katia Capassi
Diretora responsável